

MAPEAMENTO DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS DO TOCANTINS¹

Valmir Teixeira de Araújo - Universidade Federal do Tocantins
Liana Vidigal Rocha - Universidade Federal do Tocantins

RESUMO

Mapeamento das rádios comunitárias do Tocantins apresenta informações preliminares de uma pesquisa mais ampla, aspectos gerais e algumas considerações sobre os veículos de comunicação e as organizações sem fins lucrativos licenciadas pelo Ministério das Comunicações. A partir das informações apresentadas pelos órgãos oficiais e as entidades gestoras das rádios propomos, por meio de pesquisa bibliográfica e documental avançar em algumas considerações da literatura sobre rádios comunitárias e seu papel contributivo dessas entidades para a sociedade.

PALAVRAS-CHAVE

Rádios Comunitárias; Tocantins; Mapeamento; Imprensa Regional

1 INTRODUÇÃO

A compreensão do funcionamento dos veículos de comunicação de uma localidade pode ser importante para se discutir sobre os processos de desenvolvimento e emancipação social, sobretudo se estes tiverem um viés marcadamente social, como ocorre com as rádios comunitárias. Assim, propomos uma pesquisa sobre as rádios comunitárias do Tocantins – estado mais novo do Brasil, da região Norte, um dos cinco menos populosos, mas com 139 municípios (mais que estados populosos como Rio de Janeiro), ou seja, dominado por pequenas cidades em que uma ferramenta como uma rádio comunitária pode ser o único veículo de comunicação local.

Assim, a primeira fase desta pesquisa consistiu em um mapeamento a partir de informações oficiais do Ministério das Comunicações (MC), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), além das informações públicas das entidades gestoras ou das próprias rádios. A partir das discussões dessas informações pretendemos avançar para uma outra fase para analisar o conteúdo de algumas rádios e conferir a existência dos aspectos previstos na legislação, bem como na literatura sobre o assunto.

Para tanto, realizamos pesquisas bibliográfica e documental com o objetivo de extrair a maior quantidade de informações públicas possíveis e fazer inferências desses resultados, a partir do embasamento da literatura sobre rádios comunitárias. Desta forma, apresentamos uma discussão sobre a rádio no Tocantins, os dados do Mapeamento e as primeiras considerações.

¹ Trabalho apresentado no GT 1 Comunicação Popular, Comunitária e Cidadã da XVIII Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã 2024, de 11 a 13 de junho de 2024, na Universidade São Judas (Paulista), São Paulo-SP.

2 RÁDIO NO TOCANTINS

No Brasil, o rádio nasce com um caráter mais educativo, sem fins lucrativos, porém, elitista. Contudo, o seu desenvolvimento não foi acelerado em virtude de obstáculos como “horários irregulares de transmissão e frequências de baixa intensidade” aliados ao preço elevado dos aparelhos receptores (Azevedo, 2002, p. 52). Assim, o segmento precisou passar por modificações, sobretudo, no que dizia respeito ao financiamento.

Solis (2011) afirma que o primeiro decreto emitido pelo Governo (nº 16.657), em novembro de 1924, considerava as emissoras de rádio como experimentais, sem dar uma importância para a radiodifusão e conseqüentemente para a sua sustentabilidade financeira. Entretanto, na legislação de 1932, houve a regulamentação da publicidade no meio, o que culminou na consolidação do modelo comercial do rádio brasileiro.

Entre as décadas de 1940 e 1970, o rádio passou por fases distintas no país, mas tendo ainda o modelo comercial como o principal exemplo. Nos anos de 1980, vão surgir as primeiras emissoras de caráter comunitário que, segundo Santos et al (2019, p. 131), eram “uma vertente de diversos movimentos de transmissões radiofônicas ilegais” que ocorreram a partir da década anterior inspiradas nas rádios piratas europeias. “No Brasil, as emissoras piratas também foram criadas com o objetivo de obter lucro através da exploração comercial do rádio” (Santos et al, 2019, p. 132). Entretanto, os autores explicam que essa é justamente a principal diferença entre a rádio pirata e a comunitária. Enquanto a primeira encara o meio como um negócio lucrativo, a segunda não visa o lucro, mas sim o desenvolvimento de determinada comunidade por meio da comunicação. De acordo com Peruzzo (2010, p. 01), as rádios comunitárias são “emissoras de caráter público, sem fins lucrativos, historicamente criadas e geridas, na maioria dos casos, coletivamente”.

Esse perfil comunitário vai se expandir Brasil adentro, ganhando mais força na década de 1990. Peruzzo (2010) esclarece que a lei que regulamentava a radiodifusão comunitária só vai ser promulgada em 1998 e que, nessa época, havia cerca de 20 mil emissoras desse tipo em todo o país. Contudo, no início do novo século, a Anatel fechou emissoras e o número caiu para 15 mil, sendo que apenas um quarto delas estava legalizada.

No antigo norte goiano, desde 1988 conhecido como Tocantins, o conceito de rádio comunitária e pirata também causaram confusão ao longo dos anos. Paixão e Rocha (2018) afirmam que a história do rádio tocantinense precede a criação do Estado, remontando à década de 1960 quando surgem as primeiras caixas de som instaladas nos postes e em alto-falantes de igrejas. Contudo, em 1964, é criada a Rádio Son Araguaia pertencente ao político Benedito Ferreira. Em 1972, a emissora é fechada por ser usada para fins políticos (ataques a adversários).

Apesar dessa emissora ter realmente existido, “o pioneirismo da radiodifusão no Tocantins ficou com Antônio Poincaré Andrade que havia sido prefeito de Porto Nacional e montou a Rádio

Difusora do Tocantins no município em 1968” (Paixão e Rocha, 2018, p. 77). Sobre esse episódio, os autores contam que a emissora sofreu represálias da ditadura militar e acabou sendo fechada dois anos depois.

Em 1976, Francisco Onildo Moreira lutou por uma liberação de ondas médias para Araguaína (no norte do Tocantins), contudo, quem acabou levando a concessão foi Jaime Câmara, empresário goiano e dono do grupo de comunicação de maior influência no Estado até os dias atuais. “A emissora, que recebeu o nome de Rádio Araguaia, foi inaugurada dois anos depois, em 05 de abril de 1979. A Rádio Araguaia AM entrou no ar com uma programação marcada por música, prestação de serviço e participação dos ouvintes” (Paixão e Rocha, 2018, p. 78).

Já a Rádio Independência do Tocantins (RIT), sediada em Paraíso do Norte (atualmente Paraíso do Tocantins), foi inaugurada em junho de 1980, mas também sofreu com as perseguições políticas por defender a emancipação do norte goiano e a criação do novo Estado, que aconteceria somente em 1988 com a promulgação da nova Constituição brasileira.

José Wilson Siqueira Campos, então deputado federal por Goiás e reconhecidamente responsável por defender a criação do Tocantins, em 1982, obteve a primeira concessão para explorar a radiodifusão na cidade de Colinas. Na sequência, recebeu mais três concessões que originaram a Rádio Cultura de Miracema (1982), a Rádio Tocantins, de Tocantinópolis (1983), e mais uma emissora em Porto Nacional que não chegou a ser inaugurada. Essa emissora foi chamada posteriormente de Rádio Anhanguera AM, quando sua concessão foi repassada para as Organizações Jaime Câmara, em setembro de 1988.

No ano anterior, em 1987, foi inaugurada a Rádio Atividade FM na cidade de Porto Nacional. Essa emissora marca o início das rádios livres no Estado, também conhecidas como ‘piratinhas’, “emissoras de baixa potência que foram implantadas no município de Porto Nacional e que serviram de escola para muitos profissionais do rádio que atuam ou já atuaram no Estado” (Paixão e Rocha, 2018, p. 89).

De acordo com Souza (2023, p. 98), “as rádios livres foram canais de comunicação direta com a população norte goiana, que procurava ser representada e ouvida, enquanto cidadãos”. Segundo Peruzzo (2010), pode ser considerada rádio livre a emissora que não apresenta permissão legal, isto é, ocupa uma frequência sem ter necessariamente a concessão formalizada pelos órgãos competentes.

Nesse sentido, a pesquisadora afirma que as rádios livres precederam as comunitárias uma vez que surgiram a partir de alto-falantes (rádio postes) ou de rádios populares (caixas de som e bocas amplificadoras). No caso do Tocantins, as rádios livres não tinham autorização do órgão fiscalizador Dentel (Departamento Nacional de Telecomunicações) para funcionar. A solução encontrada pelos

donos das emissoras era correr de “um lado para outro, na tentativa de driblar as fiscalizações e se manter no ar” (Paixão e Rocha, 2018, p. 86).

Em relação às rádios comunitárias no Tocantins, Steinbrenner (2017, p.78) fez um mapeamento e mostrou que, em junho de 2015, a Anatel informou que, dos 139 municípios tocaninenses, 68 tinham rádios comunitárias, ou seja, 48 (9%). Entretanto, em maio de 2024, identificamos 56 rádios comunitárias tocaninenses com licença no MC, ou seja, 40% dos municípios.

3 MAPEAMENTO DAS RÁDIOS DO TOCANTINS

O funcionamento das rádios comunitárias ocorre por meio de uma concessão de uma estação de rádio de baixa potência operada por fundações e associações comunitárias sem fins lucrativos. A presente pesquisa identificou 56 entidades com licença para o serviço de Radiodifusão Comunitária (RadCom), a partir das informações do MC.

Em conformidade com o IBGE (2022), o Tocantins é dividido em três regiões intermediárias, sendo a mais populosa a de Araguaína (norte), 629 mil habitantes, 65 municípios e 23 rádios comunitárias. Em seguida a região intermediária de Palmas (centro), com 618 mil habitantes, 42 municípios e 16 rádios comunitárias. Por fim, a região intermediária de Gurupi (sul) com apenas 262 mil habitantes (mais da metade das demais), 32 municípios e 17 rádios comunitárias.

Dentre a lista, a mais antiga é Rádio Cidade FM de Palmeirópolis, com concessão vigente desde 2002, dirigida pela Associação de Difusão Comunitária de Palmeiropolis - TO. Nos anos seguintes diversas entidades tocaninenses conseguiram autorização para rádios comunitárias, sendo que o pico foi o ano de 2010, em que 11 veículos comunitários foram criados e o último ano da relação foi 2012.

Como no mapeamento observamos apenas as informações prestadas pelas entidades ou rádios no site oficial ou mídias sociais (especificamente Facebook e Instagram) e foi possível observar que apenas 43% dos canais contam algum tipo de mídia social, sendo 41% Facebook e Instagram e 2% apenas perfil no Facebook. Todas as organizações possuem um website, alguns mais completos com possibilidade de transmissão da programação on-line e outros com informações básicas.

Ainda observamos que em todas há menção ao conteúdo musical e programas que podemos enquadrar como entretenimento. No entanto, em apenas 25%, além do entretenimento, havia menção clara sobre conteúdos informativos, notícias e prestação de serviços, conforme prevê a regulamentação das rádios comunitárias no Brasil.

A possível ausência de conteúdos informativos na maioria das rádios com concessão de rádio comunitária acaba por comprometer o papel contributivo dessas entidades para a sociedade. Conforme aponta Peruzzo (2020, p.01) as rádios comunitárias têm um papel no sentido de conscientização e mobilização social da população.

4 CONSIDERAÇÕES

As rádios comunitárias tocantinenses apontadas neste mapeamento estão divididas por todo território do Estado, com uma pequena prevalência na região norte, que também é a com mais municípios. O fato de todas as entidades ou rádios contarem com website próprio pode ser compreendido como um destaque positivo, mas apenas 43% estarem nas mídias sociais e 25% fazerem menção a conteúdos informativos acaba por ser uma limitação, tanto do ponto de vista da legislação, seja da literatura acadêmica, pois preveem que esses canais de comunicação possam contribuir para com o fortalecimento da cidadania em suas localidades.

Referências

AZEVEDO, Lia Calabre de. **No tempo do rádio: radiodifusão e cotidiano no Brasil: 1923- 1960.** 2002. 198 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 2022.** Rio de Janeiro, 2022.

MOREIRA, Ildeu C. Histórias das Ciências no Brasil: a Rádio Sociedade do RJ. **Revista Ciência & Cultura**, 2023. Disponível em: <https://revistacienciaecultura.org.br/?p=4066>. Acesso em 02 mai 2024.

PAIXÃO, Cláudio Chaves; ROCHA, Liana Vidigal. O rádio no Tocantins: o processo de implantação e consolidação das primeiras emissoras. **Revista Rádio-Leituras**, Mariana-MG, v. 09, n. 01, pp. 71-92, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufop.br/radio-leituras/article/download/1395/1394/>. Acesso em: 02 mai 2024.

PERUZZO, Cicilia K. Rádios comunitárias no Brasil: da desobediência civil e particularidades às propostas aprovadas na CONFECOM. **Anais do XIX Encontro Anual da Compós**, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: http://compos.com.puc-rio.br/media/g6_cicilia_peruzzo.pdf. Acesso em 03 mai 2024.

SANTOS, Eliene; PRATA, Nair; MEDEIROS, Rafael. **Rádios comunitárias no Brasil: entre a clandestinidade e a relevância social.** Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación, n. 140, p. 129-146, abr.-jul. 2019. Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/15112>. Acesso em: 03 mai 2024.

SOUZA, Marcelo Alessandro Honorato. **Sintonizando o rádio em Porto Nacional (1968-2002).** Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2023.

STEINBRENNER, Rosane M. A. Mapeamento de Rádios Comunitárias na Amazônia como ferramenta ao Desenvolvimento Sustentável. In: **Rádio nas bordas – Cartografias da radiodifusão comunitária, livre e alternativa**, Vol.24, Nº 01, jan-abr 2017. LOGOS 46. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/viewFile/28583/21245> . Acesso em: 03 mai 2024.